

# A TRAJETÓRIA DE ADEÇÃO DA MOLDOVA E DA UCRÂNIA À UNIÃO EUROPEIA

## UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA A EUROPEIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS ORIENTAIS

Yasmin Renne | Ana Paula Tostes

### INTRODUÇÃO

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, trouxe uma viragem geopolítica na ordem mundial e, mais especificamente no caso da União Europeia (UE), a urgência em rever a sua política externa em relação às suas fronteiras. Geograficamente localizados perto da UE, os países vizinhos de leste têm estado no radar da União na sua procura de iniciativas de cooperação ou de promoção do desenvolvimento, e a União tem estado empenhada em apoiar o seu desenvolvimento desde a transição para a democracia. Em paralelo, a região está também sob a atenção da Rússia, e as questões demográficas decorrem da reorganização no final da Guerra Fria, com a diáspora russa a viver junto às fronteiras dos novos países fundados como novas democracias liberais sob influência da UE. A Ucrânia e a República da Moldova são dois países multiétnicos com questões de separatismo por resolver e que se tornaram recentemente um foco de disputas territoriais, mesmo antes da invasão da Ucrânia pela Rússia.

A União tem adotado políticas proativas para se envolver e relacionar com países fora das suas fronteiras, especialmente a leste e a sul. Tendo em conta os limites do alargamento da UE, bem como a falta de projeções para a

### RESUMO

A expansão da União Europeia para leste – fortemente marcada pela adesão de ex-repúblicas soviéticas, o lançamento da Política Europeia de Vizinhança (2004) e da Parceria Oriental (2009) – assistiu ao desmantelamento de antigos equilíbrios geopolíticos. A admissão de novos membros antes excluídos como candidatos marcou uma nova estratégia da União Europeia para expandir os seus valores e normas. O artigo considera que a conjuntura crítica da nova crise geopolítica na Europa de Leste, na sequência da guerra contra a Ucrânia, traz uma nova trajetória para o objetivo da negociação de adesão, representado pela decisão de conceder à Moldova e à Ucrânia o estatuto de candidatos a membros da União Europeia, assim como uma nova reflexão sobre o papel da candidatura como estratégia de aproximação e influência e não apenas como etapa de adesão em que se espera rigor e prazos previsíveis para o seu pleno cumprimento.

Palavras-chave: alargamento, Moldova, Ucrânia, europeização.



## ABSTRACT

### MOLDOVA AND UKRAINE'S EUROPEAN UNION PATH FOR MEMBERSHIP: A NEW STRATEGY FOR EASTERN BORDERS EUROPEANIZATION

The eastward expansion of the European Union, with the accession of former Soviet republics, the launch of the European Neighbourhood Policy (2004) and the Eastern Partnership (2009), saw old balances being dismantled. The admission of new members previously excluded as candidates signaled a new European Union strategy to extend its values and norms. The article considers that the critical juncture of the new geopolitical crisis in Eastern Europe following the war against Ukraine brings a new trajectory for the objective of accession negotiations. This is exemplified by the European Union's decision to grant candidate status to Moldova and Ukraine, bringing a new reflection on the role of candidacy as a strategy of approximation and influence, rather than merely a stage in the accession process defined by strict criteria and predictable timelines for full compliance.

*Keywords:* enlargement, Moldova, Ukraine, europeanization.

adesão de vários países terceiros, a governação externa da UE pode ser vista como um esforço desta para gerar ações e promover as suas normas no exterior, reforçando os valores europeus da democracia, da economia liberal e das instituições democráticas. As políticas para a vizinhança foram estratégias importantes para manter um raio de segurança institucional e de cooperação com a região vista como zona de influência russa, com maior ou menor proximidade ao modelo liberal europeu. A guerra na Ucrânia trouxe uma crise geopolítica, surgindo como um «ponto de inflexão» que exigiu uma mudança de estratégia em relação às fronteiras orientais. Novas situações de incerteza exigiram decisões em curto prazo, com algumas consequências imprevistas e irreversíveis<sup>1</sup>.

Neste artigo, consideramos uma das características mais relevantes do conceito de conjuntura crítica, que é o facto de «poder envolver um período relativamente breve em que se toma uma direção ou outra ou um período prolongado de reorientação». As autoridades políticas da UE fizeram escolhas que afetam «o resultado dos interesses e que devem ter efeitos duradouros»<sup>2</sup>. Em suma, a opção pela criação de uma negociação de adesão diferenciada surgiu como uma nova trajetória na história das candidaturas da UE.

A Ucrânia e a Moldova são dois dos vizinhos da UE que enfrentam conflitos ativos ou congelados, os quais influenciam a estabilidade política interna, o que pode ser uma razão para o bloqueio das suas candidaturas<sup>3</sup>.

Embora não exista um prazo claro para que a Ucrânia e a Moldova cumpram os critérios de Copenhaga para a adesão à UE, o Conselho Europeu de junho de 2022 decidiu conceder à Ucrânia e à Moldova o estatuto de candidatos, apenas alguns meses após o início da guerra. Porquê e como é que o Conselho Europeu tomou esta decisão? Terá a UE criado novos critérios para aceitar pedidos de adesão? Ou será que devemos considerar o período de negociações de adesão como uma nova estratégia de influência da UE, concedendo benefícios de pré-adesão sem qualquer pressão rigorosa para acelerar o cumprimento dos sectores e capítulos das negociações? Ao examinar a dinâmica da adesão à UE, o foco na «singularidade» das condições de adesão, ou no «estatuto unitário» dos Estados-Membros foi contestado. Existe diversidade e, até certo ponto, diferenciação nas condições que podem ser analisadas em torno de quatro aspectos das «tensões que o conceito de adesão unitária e formal à UE enfrenta»<sup>4</sup>, que vemos como complementares ao próprio conceito de adesão.

Desde as contribuições clássicas sobre integração diferenciada (ID)<sup>5</sup>, tem havido um debate acadêmico em torno da ID, associado à defesa da diversidade ou à combinação de particularidades políticas, geográficas e geopolíticas por parte de Estados que não se desejam vincular a medidas ou políticas ao nível da UE<sup>6</sup>. Exemplos históricos de ID são os *opt-outs* aceites por alguns membros relativamente à adoção do euro ou à entrada no Espaço Schengen. A categorização da ID, bem como os seus riscos e benefícios, são reflexões valiosas sobre o cenário atual e futuro da UE, conduzido por uma diversidade de políticas a implementar<sup>7</sup>.

Apesar do debate inspirador e atual sobre a ID, este artigo propõe que há uma novidade em relação à função e ao estatuto das candidaturas sem prazo para a sua conclusão, defendendo que estas novas candidaturas de países de Leste, antigos membros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fazem parte de uma estratégia para aproximar da UE e afastar da Rússia países que mantêm conflitos congelados dentro do seu território<sup>8</sup>.

O artigo divide-se em quatro partes. Primeiramente, destacamos a importância das políticas de vizinhança para a UE. De seguida, fundamentamos a nossa investigação na literatura sobre europeização e sustentamos de que forma o fenómeno da europeização também se pode referir a países fora da União. A nova conjuntura geopolítica afetou a Parceria Oriental (EaP, na sigla inglesa), a qual foi lançada para aproximar os seis países vizinhos (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, República da Moldova e Ucrânia) da UE. As novas candidaturas de adesão à UE e o aumento das intenções de outros países surgiram como uma consequência não prevista da guerra na Ucrânia. Neste artigo, centramo-nos nos casos da Moldova e da Ucrânia, que obtiveram as suas candidaturas pouco depois do início da guerra, sendo simultaneamente países diretamente afetados por ela<sup>9</sup>.

Em terceiro lugar, o artigo visa esclarecer a complexidade sociopolítica interna da Ucrânia e da Moldova, que afetou a sua interação com a UE desde o início da EaP e o significado da mudança de estatuto dos países quando se tornaram candidatos à adesão à UE. Posteriormente, analisamos a mudança da relação de europeização de vizinhança para o estatuto de candidato e de país aderente, conceptualizando o acontecimento da guerra como um momento crítico para a mudança. Por fim, apresentam-se os resultados preliminares desta agenda de investigação, assim como são traçadas possibilidades para os caminhos que estes processos de candidatura podem tomar, considerando os limites da investigação devido aos desenvolvimentos até agora.

### **A VIZINHANÇA SEMPRE FOI IMPORTANTE – A EUROPEIZAÇÃO DE ENTÃO E DE HOJE**

Não só a adesão se tornou um instrumento de influência da UE, como outros mecanismos de europeização e políticas específicas para as fronteiras orientais da União ganharam proeminência a partir da década de 2000. À medida que a inte-

gração europeia avançava, a UE passou a demonstrar um interesse especial em influenciar e criar um modelo de governança não apenas para os seus Estados-Membros, mas também para países terceiros vizinhos.

À MEDIDA QUE A INTEGRAÇÃO EUROPEIA AVANÇAVA, A UE PASSOU A DEMONSTRAR UM INTERESSE ESPECIAL EM INFLUENCIAR E CRIAR UM MODELO DE GOVERNANÇA NÃO APENAS PARA OS SEUS ESTADOS-MEMBROS, MAS TAMBÉM PARA PAÍSES TERCEIROS VIZINHOS.

Para além da expansão da UE para leste, desde 2004, as antigas repúblicas soviéticas têm sido confrontadas com a influência de dois modelos diferentes de instituições e normas. Um exemplo histórico é o das Repúblicas Bálticas que, ao aderirem à UE em 2004, passaram a fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte

(NATO, na sigla inglesa), consolidando a sua adesão ao modelo político e às coligações internacionais que distanciaram os países da Rússia após o fim da URSS.

Existe um amplo debate sobre os efeitos e a influência da UE nos seus Estados-Membros – e vice-versa –, o que impacta o desenho de pesquisa e a análise causal no campo de estudos sobre a integração europeia, nomeadamente ao reconhecer a europeização como um subcampo a ser considerado<sup>10</sup>. O conceito de europeização foi introduzido por Robert Ladrech, em 1994<sup>11</sup>. Desde então, novas abordagens têm proposto modelos de investigação que vão além da perspectiva neo-institucionalista de transferência de políticas e normas da UE para os Estados-Membros e para os não membros<sup>12</sup>. O conceito, no entanto, continua a ser insubstituível para descrever a forma como a UE e os seus Estados-Membros se influenciam mutuamente, bem como os atores subnacionais e Estados terceiros, quer através de interesses, práticas ou adaptações exigidas pela interação entre normas e valores, quer pela necessidade de coordenação de políticas.

A UE aspirou a criar um círculo de Estados bem governados, estáveis, democráticos e prósperos na sua vizinhança, ao mesmo tempo que evitava o início de negociações de adesão com países como a Ucrânia ou a Moldoia. A Política Europeia de Vizinhança (PEV) é um instrumento que a UE utiliza para apoiar países vizinhos que desejam aproximar-se do modelo europeu de instituições e de economia. Sob o guarda-chuva da PEV, a União propõe aos seus vizinhos uma parceria política fortalecida.

Podemos considerar três fases e dimensões distintas da investigação sobre a europeização, em que cada nova dimensão se baseia na e acrescenta à anterior. São elas a europeização da adesão (o impacto da UE nos Estados-Membros), a europeização do alargamento (o impacto da UE nos países com uma perspectiva clara de adesão à UE) e a europeização da vizinhança (o impacto da UE nos *outsiders*, países sem perspectiva de adesão imediata)<sup>13</sup>.

Este contexto de alargamento alterou a dinâmica geopolítica na região, quando muitos dos recentes países democráticos da Europa Oriental da antiga União Soviética aderiram à região integrada, criando novos objetivos de política externa para a UE. Uma nova

política externa da UE em relação às suas fronteiras incluiu a PEV enquanto programa lançado em 2004 para os vizinhos do Sul e do Leste com o objetivo de promover o desenvolvimento, a estabilidade política e a democracia. Pouco depois, a EaP surgiu como uma orientação pragmática da política externa da UE para uma região em luta geopolítica entre a influência europeia e a russa<sup>14</sup>. Uma maior integração do mercado no âmbito da PEV e um diálogo político reforçado com a UE foram vistos pelos vizinhos de leste como uma alternativa positiva para parcerias e cooperação.

### **COMPREENDER A MOLDOVA E A UCRÂNIA COMO PAÍSES ESTRANGEIROS PRÓXIMOS**

Tanto a Ucrânia como a Moldova são países não membros da UE na Europa de Leste que mantêm parte da sua população cultural e etnicamente alinhada com a Rússia. Esses países têm sido conhecidos como países «estrangeiros próximos» (*near abroad*), um termo frequentemente utilizado para indicar a zona de fronteira, designando países localizados numa esfera de influência considerada relevante para garantir a segurança e criar condições para a implementação das políticas europeias<sup>15</sup>. As políticas de incentivo da UE, as concessões comerciais e a ajuda aos países *near abroad* estão normalmente condicionadas aos progressos na consolidação democrática e na proteção dos direitos humanos, bem como ao estabelecimento de um sistema de comércio livre e de normas alinhadas com o modelo democrático liberal. No entanto, o conceito foi cunhado pela primeira vez para se referir à política externa da URSS, procurando descrever a posição soviética sobre a sua vizinhança geográfica, considerada prioritária para a segurança e sectores-chave da política interna, e não apenas para a sua política externa<sup>16</sup>.

Os dois países não representam uma economia firme ou estável desde a sua formação. A Ucrânia é um dos três principais exportadores de cereais do mundo<sup>17</sup>. Geograficamente, guarda a passagem do mar Negro para o mar de Azov, com uma saída para o Mediterrâneo (através dos estreitos do Bósforo e de Dardanelos), razões pelas quais temos assistido a acontecimentos históricos disputados na região desde antes do período imperial russo. Por sua vez, a economia da Moldova tem enfrentado dificuldades desde a sua independência – o seu produto interno bruto (PIB) caiu mais de 70% numa década e o país carece de fontes internas de energia<sup>18</sup>.

Como diferentes projetos nacionais na Ucrânia tiveram de coexistir desde a sua fundação em 1991, os líderes políticos alternaram entre governos pró-russos e pró-UE. Em 2014, uma sequência de tensões e acontecimentos internos que já se estendia por cerca de uma década, desde a Revolução Laranja de 2004, culminou numa cisão territorial com consequências regionais e globais<sup>19</sup>. Esta revolução, que ocorreu no mesmo ano do alargamento oriental da UE, uma vez compreendida na sua complexidade, contribui para o entendimento dos motivadores e consequências da revolução de fevereiro de 2014, designada como Revolução Euromaidan. Ambas as revoluções recentes da Ucrânia foram marcadas por divisões sociais e alinhamentos

políticos pelas influências antagônicas da Rússia e do Ocidente, inicialmente mais representadas pela aproximação à Europa do que aos Estados Unidos da América. Embora a revolução de 2014 tenha culminado na vitória eleitoral de Petro Poroschenko, do partido Solidariedade Europeia, deixou um legado de conflitos territoriais com a anexação da Crimeia pela Rússia e a autoprocamação de repúblicas autônomas russas no leste do país. Em 2016, foi lançada uma nova Estratégia Global da UE que substituiu a anterior Estratégia de Segurança de 2003. Entre outras questões, o documento referia-se às relações entre a UE e a Rússia no contexto de um equilíbrio mais fraco entre interesses, interdependência e ambições de influenciar os países junto às suas fronteiras. A incompatibilidade de interesses tornou-se clara, e uma escalada de tensões culminou em conflitos na Ucrânia e, finalmente, na invasão do país em fevereiro de 2022<sup>20</sup>.

Entretanto, a Moldova também enfrentou contradições internas no que respeita ao seu projeto nacional, com um conflito congelado até à data. A Moldova declarou a independência em 1991, quando enfrentava conflitos internos nas zonas da sua fronteira a leste e a sul do país. Com bases culturais e étnicas, as opiniões divergiam entre uma aproximação ao Ocidente e à Roménia e a identificação com a Rússia. Da guerra civil resultou uma divisão do país, com a região da Transnístria a ser governada como República Moldava Peridniestrina e a manter laços estreitos com a Rússia desde o cessar-fogo de 1992<sup>21</sup>.

A República da Moldova tem alternado governos mais alinhados ou com o Ocidente ou com a Rússia. O país tem mantido a sua posição de neutralidade, tal como previsto na sua Constituição de 1994. A eclosão da guerra na Ucrânia também colocou em risco o país vizinho, com as suas questões internas por resolver. A invasão em grande escala da Ucrânia por parte da Rússia aumentou as preocupações quanto à possibilidade de a vizinha Moldova ser o próximo alvo da incursão pelo Kremlin, alimentando as expectativas da Transnístria e realçando a potencial vulnerabilidade do país em relação a Moscovo. Desde o início da guerra, a Moldova também enfrentou eleições nacionais e um referendo sobre a sua futura adesão à UE. Neste sentido, entendemos que a

A MOLDOVA E A UCRÂNIA ENCONTRAM-SE AMBAS  
NUMA CONDIÇÃO PECULIAR NO NOVO CENÁRIO  
GEOPOLÍTICO.

Moldova e a Ucrânia encontram-se ambas numa condição peculiar no novo cenário geopolítico, daí o nosso interesse em centrarmo-nos nestes casos. As condições internas da Moldova podem ser vistas

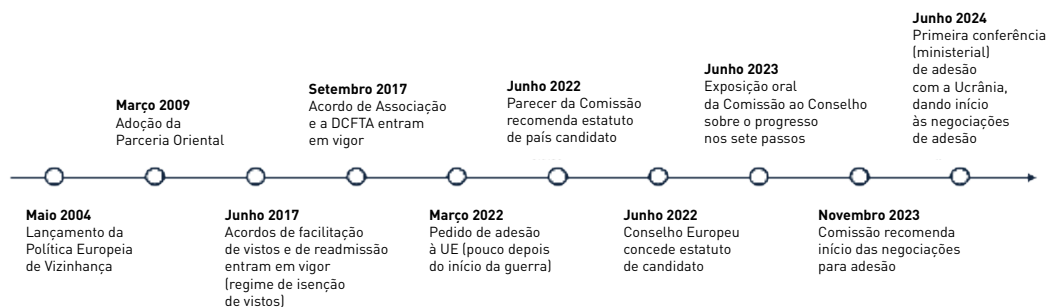
como oportunidades para a Rússia reforçar a sua influência e enfraquecer a possível integração do país na UE<sup>22</sup>. Num outro paralelo com a Ucrânia, a UE decidiu abrir negociações de adesão com a Moldova em dezembro de 2023. Até à data, ambos os países têm avançado a um ritmo semelhante nesta via de adesão. As figuras abaixo resumem os principais marcos deste percurso, em que é possível identificar paralelos entre os dois países.

**Figura 1** > Cronologia das relações entre a Moldova e a UE



Fonte: Elaboração própria.

**Figura 2** > Cronologia das relações entre a Ucrânia e a UE



Fonte: Elaboração própria.

Desde 2022, a Ucrânia e a Moldova abriram condições excepcionais para a candidatura e as negociações de adesão. Isto porque não se espera que os critérios para o cumprimento das reformas em sectores e capítulos das negociações de adesão sejam cumpridos sem o fim da guerra. As figuras acima mostram a cronologia das etapas concluídas para o início do recebimento dos benefícios de pré-adesão, mas não há progressos no cumprimento dos critérios fundamentais para a adesão à UE.

## CONJUNTURAS CRÍTICAS E RESPOSTAS

Os argumentos sobre o conceito de *critical junctures* têm desempenhado um papel cada vez mais relevante nos estudos de política externa. A utilização do conceito pode variar nos estudos comparativos, sendo útil para traçar escolhas e diferentes trajetórias e consequências<sup>23</sup>. A UE tem respondido a algumas conjunturas críticas nos últimos anos, que ajudam a explicar as excecionalidades que este artigo introduz.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, lançou, em dezembro de 2021, uma estratégia baseada em valores intitulada «Global Gateway» (GG), quando a

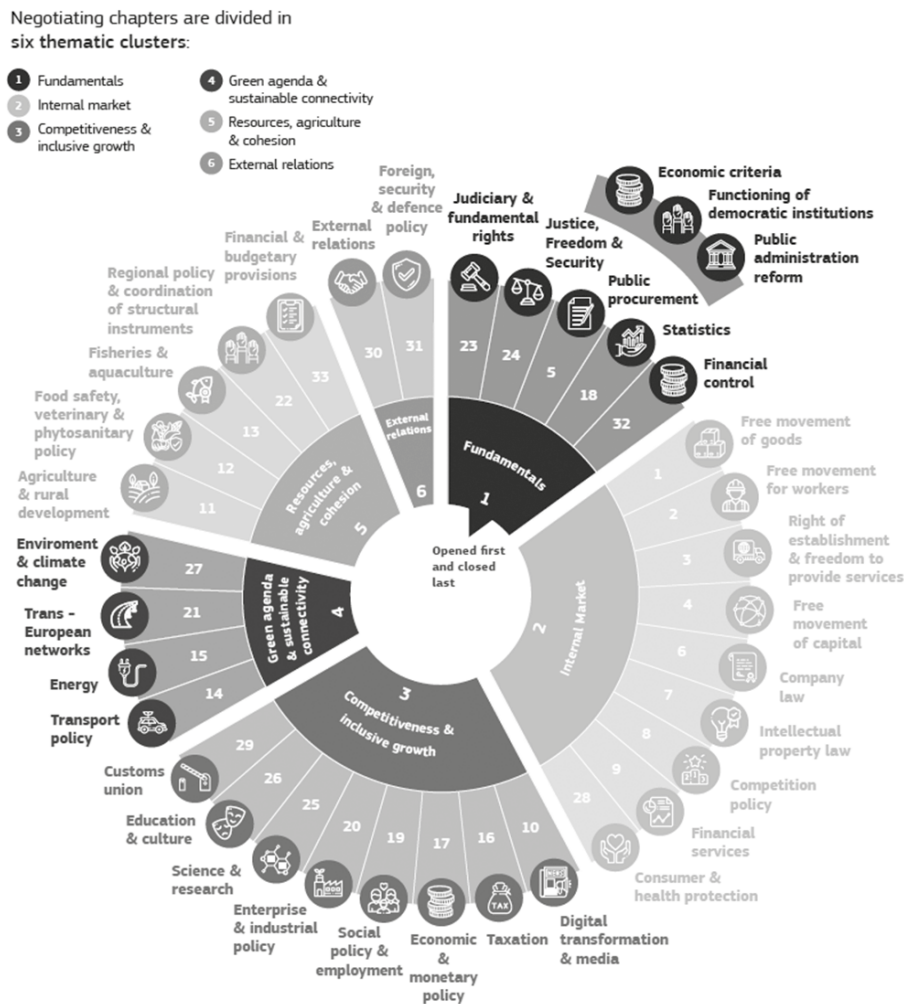
pandemia de covid-19 representava uma conjuntura crítica para a configuração do contexto geopolítico. Nesse cenário, os objetivos gerais da GG consistiam em manter e expandir a cooperação política e económica, apoiar os parceiros e melhorar as infraestruturas e a conectividade em contextos regionais e internacionais em transição ecológica e digital. Entre outros instrumentos concebidos para cumprir os objetivos da GG estava o novo Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (NDICI-Global Europe, na sigla inglesa). O NDICI-Global Europe foi também lançado para contribuir para a concretização dos compromissos internacionais da Agenda 2030 e do Acordo de Paris. De acordo com a Comissão Europeia, este novo instrumento «baseia-se nos objetivos e prioridades da PEV delineados nas estratégias regionais, como a Parceria Oriental renovada e a nova Agenda para o Mediterrâneo»<sup>24</sup>.

A guerra na Ucrânia, em 2022, surgiu como uma nova conjuntura crítica com impacto nas ações e políticas externas da UE, trazendo um novo dilema a resolver no âmbito do NDICI-Global Europe. Inicialmente esperando uma guerra mais breve, os debates sobre a candidatura dos países da Parceria Oriental levaram os líderes europeus a recalcular a sua capacidade e urgência em ter mais influência sobre o estatuto político atual e futuro da Ucrânia, a que se seguiram os pedidos de candidatura da Moldova e da Geórgia.

Para se tornarem membros da UE, os países têm de apresentar um pedido de adesão ao Conselho da UE para revisão anual e obter o estatuto de candidato, com o acordo de todos os Estados-Membros, a fim de iniciarem negociações formais para a adesão. Em seguida, iniciam-se as negociações de adesão, num processo em que o país se prepara para adaptar o seu funcionamento interno e aplicar a legislação e a regulamentação da UE. As negociações seguem os capítulos de aplicação do acervo comunitário em seis grupos temáticos: o primeiro refere-se a «fundamentos», que exige o cumprimento de critérios económicos, o funcionamento das instituições democráticas e as reformas da administração pública. As negociações sobre cada grupo são abertas como um todo; no entanto, «os progressos registados no grupo "Questões fundamentais" determinam o ritmo global das negociações», como mostra a figura 3<sup>25</sup>. Os outros são considerados associados ao mercado interno, competitividade e crescimento inclusivo, agenda verde e conectividade sustentável, recursos, agricultura e coesão, e relações externas.

A Ucrânia e a Moldova obtiveram o estatuto de candidato em junho de 2022 e receberam a recomendação para iniciar as negociações de adesão em novembro de 2023. Este facto representou um ritmo sem precedentes no avanço das negociações, quando comparado com os casos existentes, em que, em média, foram necessários nove anos no total e, para o início das negociações, em média, três anos<sup>26</sup>. No entanto, a figura 3 ilustra até que ponto o estatuto de candidatura dos países está longe de cumprir, num período previsível, os quatro critérios fundamentais (o de abertura e o último a ser encerrado) para a negociação da adesão.

**Figura 3** > Sectores e capítulos das negociações de adesão



Fonte: «EU ACCESSION process step by step». EU Neighbourseast<sup>27</sup>.

Em consonância com a reflexão sobre a necessidade de alargar e introduzir diferentes experiências de adesão à UE, a consideração excepcional de admitir países anteriormente fora da previsão de associação leva-nos a analisar que tipo de estatuto será revelado pela condição de candidato sem previsões claras para cumprir as fases seguintes da associação: concluir as negociações formais e implementar reformas para cumprir os critérios da UE para uma adesão plena. Existem debates avançados sobre a ID, devido às divergências de políticas entre os Estados-Membros, reconhecendo as condições e

as capacidades dos países para se coordenarem com as normas regionais. A coordenação de normas não supranacionais é um esforço contínuo que ocorre em paralelo com a construção do direito europeu. Os impactos da diferenciação na União sobre as trajetórias anteriores de adesão já foram considerados pela literatura<sup>28</sup>. No entanto, espera-se que as exceções observadas no caso dos novos membros do Leste possam agravar os problemas relacionados à ID.

A declaração dos ministros da UE na reunião de abertura da primeira Conferência Intergovernamental sobre a Adesão da República da Moldova e da Ucrânia afirma que as negociações visam que ambos os países «adotem integralmente o acervo da UE e assegurem a sua plena implementação e aplicação» com uma metodologia de alargamento revista e centrada «nas reformas fundamentais»<sup>29</sup>. Na fase atual, espera-se que a Moldova e a Ucrânia comecem a preparar-se para aplicar a legislação e as normas da UE, em termos de poder judicial e direitos fundamentais, justiça, liberdade e segurança, contratos públicos, controlo financeiro e estatísticas.

Tendo em conta que o tempo médio para completar o processo de adesão até agora foi de nove anos, para países sem conflitos ativos ou congelados, não se espera que o processo de adesão da Moldova e da Ucrânia demore menos tempo. A rápida passagem do estatuto de candidato para o início das negociações de adesão não indica necessariamente uma mudança na metodologia da UE – é durante o processo de adesão que os países candidatos têm de internalizar o acervo comunitário, introduzindo alterações nas suas leis e regulamentos para se alinharem com a UE, bem como para atingirem

limiares económicos mínimos.

A ATUAL SITUAÇÃO DA MOLDOVA E DA UCRÂNIA PODE SER CONSIDERADA UMA NOVA ESTRATÉGIA DE EUROPEIZAÇÃO DA UE. ESTE PROCESSO DE ALARGAMENTO NÃO É COMPARÁVEL A OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE CANDIDATURA NEM À DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES DE NORMAS.

No entanto, o processo de adesão pode ser entendido não só como puramente técnico, mas também político<sup>30</sup>. Dependendo do desenrolar das negociações, a atual situação da Moldova e da Ucrânia pode ser considerada uma nova estratégia de europeização da UE. Este processo de alargamento

não é comparável a outras experiências de candidatura nem à dinâmica das exportações de normas, embora assinala um grau diferente de aproximação às normas e aos valores da UE.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA EUROPEIZAÇÃO DA VIZINHANÇA À ADESÃO**

Há diversas formas pelas quais valores, normas, instituições, políticas e ideias da UE se podem disseminar dentro e fora de suas fronteiras. No âmbito da PEV, a europeização diz respeito à capacidade da UE de utilizar o seu poder «normativo» como meio de promover estabilidade e desenvolvimento nos países-alvo do seu interesse<sup>31</sup>.

A preocupação da UE em desenvolver uma vizinhança de países democráticos em torno das suas fronteiras a Leste e a Sul, bem como a condição geopolítica da Moldova e da

Ucrânia, localizadas entre a UE e a Rússia, motivaram o aumento do interesse da UE nestes países. A inclusão da Moldova na PEV em 2003 e o Plano de Ação UE-Moldova a partir de 2005 podem ser consideradas evidências do objetivo da UE de investir em países com questões separatistas e demográficas<sup>32</sup>. Estas iniciativas foram desenvolvidas com a EaP a partir de 2009 e chegaram à assinatura de um Acordo de Associação da PEV e de uma Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada (DCFTA, na sigla inglesa). Dos seis países da Parceria Oriental, apenas a Moldova, a Geórgia e a Ucrânia têm acordos deste tipo com a UE.


Desde o estabelecimento de políticas específicas, as relações da UE com a Ucrânia e a Moldova aprofundaram-se e alargaram o seu âmbito, apesar de ter havido períodos em que os dirigentes políticos estavam menos alinhados com o Ocidente<sup>33</sup>. Apesar de ambos os países estarem mais próximos da UE, a relação era sobretudo de cooperação. Com ações e fundos investidos para alinhar os quadros regulamentares e as normas comerciais e para aproximar a Moldova e a Ucrânia das normas mínimas da UE e promover a cooperação em matéria de segurança e assuntos internos, a relação seguiu uma linha de política externa ao abrigo das políticas da PEV e da EaP, que foram revistas ao longo do tempo para se adaptarem a esta relação em evolução.

No entanto, a adesão não estava em cima da mesa para nenhum dos dois países. Ambos enfrentavam um cenário delicado de estabilidade política. Tem havido uma constante disputa de influências na região, alternando períodos de maior influência russa ou europeia. O período de 2014 a 2019, apesar da anexação da Crimeia pela Rússia, foi marcado por oscilações entre ações de cooperação e tensões entre apoiantes ocidentais na Ucrânia e políticas pró-Rússia e defensores de um maior alinhamento do país com a administração e proteção de Putin. O estado dos conflitos congelados relativos aos direitos territoriais na Ucrânia, a sul e a leste, e as relações diplomáticas entre a UE e a Rússia podem ter afetado a estabilidade política na Ucrânia. Quanto à Moldova, além da manutenção da situação de conflito congelado na região da Transnístria, o país enfrentou questões políticas internas relacionadas com corrupção e fraudes bancárias que se tornaram públicas<sup>34</sup>.

Com o início da guerra na Ucrânia em 2022, o cenário geopolítico alterou-se completamente: a UE passou a ter um conflito ativo, uma guerra nas suas fronteiras. Esta mudança fez com que a importância de ambos os países como áreas de influência da União aumentasse significativamente, mais do que nunca. Entendemos que esta mudança foi a conjuntura crítica que concedeu a estes países, sem qualquer perspectiva prévia de adesão, a oportunidade de avançar no processo de candidatura e de lhes ser concedido o estatuto de país candidato em junho de 2022.

Desde 2022 e sem perspectivas quanto ao fim da guerra na Ucrânia, o debate sobre as negociações de adesão de candidatos anteriormente bloqueados, como alguns países dos Balcãs Ocidentais, foi reaberto, e o alargamento chegou ao topo da agenda da UE, uma vez que se espera que sejam discutidas novas vias para as negociações de adesão.

Em resultado da nova agenda europeia sobre o alargamento, motivada pela decisão do Conselho Europeu de conceder o estatuto de candidato à Ucrânia e à Moldovia, foi publicado um relatório intitulado *Fit for 35? Reforming the Politics and Institutions of the EU for an Enlarged Union*, que reuniu alguns dos principais investigadores europeus sobre a integração europeia, os quais refletem sobre a europeização e a ID, reflexão inspirada pelos debates no âmbito do Conselho Europeu de Granada em 2023<sup>35</sup>.

Este artigo contribui com uma reflexão complementar sobre a diferenciação na UE. Para além de uma possível e esperada ID, os casos em estudo podem ser vistos como um novo estatuto de candidatura, que cumpre um novo tipo de objetivo para a concessão da candidatura e ilustra o papel da via de acesso enquanto etapa de influência europeia ou europeização, com características inéditas. Presentemente, a literatura, quer sobre a ID quer sobre a europeização, não aborda suficientemente um modelo analítico para o caso das candidaturas e os impactos do período de negociações de adesão que os casos da Ucrânia e da Moldovia representam, e que exigem uma reflexão baseada em novas categorias. Este facto assinala um nicho potencialmente novo nos estudos sobre a europeização, que pretendemos aprofundar. 

Data de receção: 15 de janeiro de 2025 | Data de aprovação: 30 de abril de 2025

---

**Yasmin Renne** Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade NOVA de Lisboa e membro da equipa do projeto da Cátedra Jean Monnet EUGac (JMC-UERJ). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

> NOVA FCSH – Colégio Almada Negreiros, Tv. Estêvão Pinto, 1099-032 Lisboa, Portugal | yasmin.renni@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9799-5902>

**Ana Paula Tostes** Titular da Cátedra Jean Monnet (UE) e senior fellow no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Professora titular de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

> UERJ, Rua Matriz, 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ – 22260-100, Brasil | anapaulatostes@iesp.uerj.br  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9642-6211>

**1** Sobre «conjuntura crítica», ver, por exemplo: COLLIER, Ruth B.; COLLIER, David – *Shaping the Political Arena. Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2002, p. 27; CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, Daniel R. – «The study of critical junctures. Theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism». In *World Politics*. Vol. 59, N.º 3, 2007, p. 348.

**2** *Ibidem*.

**3** TOSTES, Ana Paula – «Política externa da UE para o Leste pós-Guerra Fria: mudanças de rota no contexto da invasão da Ucrânia». In *Mural Internacional*. Vol. 13, 2022. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/67679>. DOI:10.12957/rmi.2022.67679.

**4** FROMAGE, Diane – *Redefining EU Membership: Differentiation in and Outside the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2024.

**5** Os debates sobre a ID, inicialmente orientados por Stubb (1996), referiam-se à heterogeneidade no seio da UE, durante muito tempo associada a «um excesso de terminologia» adotada pela literatura para descrever a variedade no tempo (integração a várias velocidades), no espaço (geometria variável) e na matéria (ou categorização *pick-and-choose*). Ver STUBB, Alexander – «A categorization of differentiated integration». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 34, N.º 2, 1996, pp. 283-295.

**6** SCHIMMELFENIG, Frank; LEUFFEN, Dirk; DE VRIES, Catherine – «Differentiated integration in the European Union: institutional effects, public opinion, and alternative flexibility arrangements». In *European Union Politics*. Vol. 24, N.º 1, 2022, pp. 3-20; KRÖGER, Sandra; LOUGHRAN, Thomas – «The risks and benefits of differentiated integration in the European Union as perceived by academic experts». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 60, N.º 3, 2021, pp. 702-720.

**7** BELLAMY, Richard; KRÖGER, Sandra – «A democratic justification of differentiated integration in a heterogeneous EU». In *Journal of European Integration*. Vol. 39, N.º 5, 2017, pp. 625-639; BELLAMY, Richard; KRÖGER, Sandra; LÖRIMER, Marta – *Flexible Europe: Differentiated Integration, Fairness, and Democracy*. Bristol: Bristol University Press, 2022.

**8** EUROPEAN PARLIAMENT – «The frozen conflicts of the EU's Eastern neighborhood and their impact on the respect of human rights [Study]». Bruxelas: Policy Department – DG for External Policies, 2016. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO\\_STU\(2016\)578001](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_STU(2016)578001); COYLE, James J. – *Russia's Border Wars & Frozen Conflicts*.

Londres-Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2018.

**9** Entre os países da Parceria Oriental (EaP), a Geórgia também viu a sua candidatura ser aceite pelo Conselho em 2023.

**10** RADAELLI, Claudio M. – «Whither europeanization? Concept stretching and substantive change». In *European integration online papers*. Vol. 4, N.º 8, 2000, pp. 1-25; EXADAKTYLOS, Theofanis; RADAELLI, Claudio M. – *Research Design in European Studies. Establishing Causality in Europeanization*. Hampshire-Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

**11** LADRECH, Robert – «Europeanization of domestic politics and institutions: the case of France». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 32, N.º 1, 1994, pp. 69-88.

**12** STANIVUKOVIC, Senka N. – *Europeanization as Discursive Practice: Constructing Territoriality in Central Europe and the Western Balkans*. Londres-Nova Iorque: Routledge, 2018.

**13** GAWRICH, Andrea; MELNYKOVSKA, Inna; SCHWEICKERT, Rainer – «Neighbourhood europeanization through ENP: the case of Ukraine». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 48, N.º 5, 2010, pp. 1209-1235.

**14** TOSTES, Ana Paula; RENNI, Yasmin – «Europeanisation to the Eastern borders: Moldova's EU *rapprochement*». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 64, N.º 2, 2021, pp. 1-23.

**15** CHARILLON, Frédéric – «Sovereignty and intervention: EU's interventionism in its 'near abroad'». In *Contemporary European Foreign Policy*. Londres: SAGE Publishers, 2004, pp. 257-258.

**16** SKAK, Mette – *From Empire to Anarchy: Post-communist Foreign Policy and International Relations*. Londres: Hurst, 1996; HOPF, Ted – *Understandings of Russian Foreign Policy*. Filadélfia: Pennsylvania State University Press, 1999.

**17** OECD – *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2020*. Paris: OECD Publishing, 2020. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/agricultural-policy-monitoring-and-evaluation-2020\\_928181a8-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/agricultural-policy-monitoring-and-evaluation-2020_928181a8-en.html).

**18** RONNAS, Per; ORLOVA, Nina – «Moldova's transition to destitution». *Sida Studies*. N.º 1, 2000. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: <https://cdn.sida.se/publications/files/sida983en-moldovas-transition-to-destitution.pdf>.

**19** DICKINSON, Peter – «How Ukraine's Orange Revolution shaped twenty-first century geopolitics». In *Atlantic Council*. 2020. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/how-ukraines-orange-revolution-shapd-twenty-first>

century-geopolitics/; D'ANIERI, Paul – «What has changed in Ukrainian politics? Assessing the implications of the Orange Revolution». In *Problems of Post Communism*. Vol. 52, N.º 5, 2005, pp. 82-91.

**20** DANILOV, Dmitry – «EU Global Strategy: Eastern direction». In *Contemporary Europe*. Vol. 73, N.º 1, 2017, pp. 10-21.

**21** O cessar-fogo foi assinado em julho de 1992 e estabeleceu o controle trilateral de uma missão de paz conjunta entre a Moldova, a Rússia e a Transnístria na área de fronteira, garantindo a independência de facto da República Moldava da Transnístria (PMR), que se mantém até hoje.

**22** OBE, Orysia L.; PASHA, Valeriu – *Is Moldova a New Battleground in Russia's War?*. Londres: Chatham House, 2024. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2024/03/moldova-new-battleground-russias-war>.

**23** BLYTH, Mark – *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002; CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, Daniel R. – «The study of critical junctures...»; CAPOCCIA, Giovanni – «Critical junctures». In *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 89-106.

**24** EUROPEAN COMMISSION – «Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and the European Investment Bank: The Global Gateway». JOIN (2021) 30 final. Bruxelas, 2021. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021JC0030&qid=1653525883495>.

**25** «EU ACCESSION process step by step». EU Neighbourseast. 31 de outubro de 2024. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://euneighbourseast.eu/news/publications/eu-accession-process-step-by-step/>.

**26** LEPPERT, Rebecca – «How exactly do countries join the eu?». In Pew Research Center. 2022. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2022/07/26/how-exactly-do-countries-join-the-eu/>.

**27** «EU ACCESSION process step by step».

**28** LERUTH, Benjamin; GÄNZLE, Stefan; TRONDAL, Jarle – *Routledge Handbook of Differentiation in the EU*. Abingdon: Routledge, 2022; SCHIMMELFENIG, Frank; LEUFFEN, Dirk; DE VRIES, Catherine – «Differentiated integration in the European Union...».

**29** «MINISTERIAL MEETING opening the Intergovernmental Conference on the

Accession of the Republic of Moldova to the European Union (Luxembourg, 25 June 2024)». AD 11/24. Bruxelas, 2024. Consultado em: 9 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/451qaal/ad00011en24.pdf>; «MINISTERIAL MEETING opening the Intergovernmental Conference on the Accession of Ukraine to the European Union (Luxembourg, 25 June 2024)». AD 9/24. Bruxelas, 2024. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/hzmfw1ji/public-ad00009en24.pdf>.

**30** PLESCA, Laurentiu – «What does the launch of EU accession talks mean for Moldova?». Global Marshall Fund: Insights. 2024. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.gmfus.org/news/what-does-launch-eu-accession-talks-mean-moldova>.

**31** MONTESANO, Francesco S.; TOGT, Toni; ZWEERS, Wouter – «The Europeanization of Moldova: is the EU on the right track?». In *Clingendael Report*. Países Baixos: Netherlands Institute of International Relations. 2016. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/306018438\\_The\\_Europeanisation\\_of\\_Moldova\\_is\\_the\\_EU\\_on\\_the\\_right\\_track](https://www.researchgate.net/publication/306018438_The_Europeanisation_of_Moldova_is_the_EU_on_the_right_track).

**32** *Ibidem*.

**33** Quanto à Moldova, houve um hiato de dois anos, com um impasse nas suas relações devido ao período em que teve um Presidente pró-russo, Igor Dodon, Presidente da Moldova entre dezembro de 2016 e dezembro de 2020.

**34** MUKHERJEE, Amitabha – «Moldova – Improving access to justice: from

resources to results. A justice sector public expenditure and institutional review». In *World Bank Group Report*. Vol. 2. N.º 124516-MD, 2018. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/775621537510353149/Technical-Anne-ces>.

**35** BÖRZEL, Tanja A., et al. – *Fit for 35? Reforming the Politics and Institutions of the EU for an Enlarged Union*. Estocolmo: Sieps, 2023. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: <https://sieps.se/en/publications/2023/fit-for-35-reforming-the-politics-and-institutions-of-the-eu-for-an-enlarged-union/>.

## BIBLIOGRAFIA

BELLAMY, Richard; KRÖGER, Sandra – «A democratic justification of differentiated integration in a heterogeneous EU». In *Journal of European Integration*. Vol. 39, N.º 5, 2017, pp. 625-639. DOI: 10.1080/07036337.2017.1332058.

BELLAMY, Richard; KRÖGER, Sandra; LORIMER, Marta – *Flexible Europe: Differentiated Integration, Fairness, and Democracy*. Bristol: Bristol University Press, 2022.

BLYTH, Mark – *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BÖRZEL, Tanja A.; FABBRINI, Sergio; KREILINGER, Valentin; MÉNY, Yves; RIEKMANN, Sonja P.; SCHIMMELFENIG, Frank; VON SYDOWN, Göran – *Fit for 35? Reforming the Politics and Institutions of the EU for an Enlarged Union*. Estocolmo: Sieps, 2023. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: <https://sieps.se/en/publications/2023/fit-for-35-reforming-the-politics-and-institutions-of-the-eu-for-an-enlarged-union/>.

CAPOCCIA, Giovanni – «Critical junctures». In *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 89-106.

CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, Daniel R. – «The study of critical junctures. Theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism». In *World Politics*. Vol. 59, N.º 3, 2007, pp. 341-369. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0043887100020852>.

CHARILLON, Frédéric – «Sovereignty and intervention: EU's interventionism in its 'near abroad'». In *Contemporary European Foreign Policy*. Londres: SAGE Publishers, 2004.

COLLIER, Ruth B.; COLLIER, David – *Shaping the Political Arena. Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2002.

COYLE, James J. – *Russia's Border Wars & Frozen Conflicts*. Londres-Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2018.

D'ANIERI, Paul – «What has changed in Ukrainian politics? Assessing the implications of the Orange Revolution». In *Problems of Post Communism*. Vol. 52, N.º 5, 2005, pp. 82-91. DOI: <https://doi.org/10.1080/10758216.2005.11052216>.

DANILOV, Dmitry – «EU Global Strategy: Eastern direction». In *Contemporary Europe*. Vol. 73, N.º 1, 2017, pp. 10-21. DOI: 10.15211/soveurope120171021.

DICKINSON, Peter – «How Ukraine's Orange Revolution shaped twenty-first century geopolitics». In *Atlantic Council*. 2020. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/how-ukraines-orange-revolution-shaped-twenty-first-century-geopolitics/>.

«EU ACCESSION process step by step». EU Neighbourseast. 31 de outubro de 2024. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://euneighbourseast.eu/news/publications/eu-accession-process-step-by-step/>.

EUROPEAN COMMISSION – «Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and the European Investment Bank: The Global Gateway». JOIN (2021) 30 final. Bruxelas, 2021. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: <https://>

[eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021JC0030&qid=1653525883495](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021JC0030&qid=1653525883495).

EUROPEAN PARLIAMENT – «The frozen conflicts of the EU's Eastern neighborhood and their impact on the respect of human rights (Study)». Bruxelas: Policy Department – DG for External Policies, 2016. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO\\_STU\(2016\)578001](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_STU(2016)578001).

EXADAKTYLOS, Theofanis; RADAELLI, Claudio M. – *Research Design in European Studies. Establishing Causality in Europeanization*. Hampshire-Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

FROMAGE, Diane – *Redefining EU Membership: Differentiation in and Outside the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2024.

GAWRICH, Andrea; MELNYKOVSKA, Inna; SCHWEICKERT, Rainer – «Neighbourhood europeanization through ENP: the case of Ukraine». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 48, N.º 5, 2010, pp. 1209-1235. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2010.02110.x>.

HOPF, Ted – *Understanding of Russian Foreign Policy*. Filadélfia: Pennsylvania State University Press, 1999.

KRÖGER, Sandra; LOUGHRAN, Thomas – «The risks and benefits of differentiated integration in the European Union as perceived by academic experts». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 60, N.º 3, 2021, pp. 702-720. DOI: 10.1111/jcms.13301.

LADRECH, Robert – «Europeanization of domestic politics and institutions: the

case of France». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 32, N.º 1, 1994, pp. 69-88. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.1994.tb00485.x>.

LEPPERT, Rebecca – «How exactly do countries join the EU?». In *Pew Research Center*. 2022. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2022/07/26/how-exactly-do-countries-join-the-eu/>.

LERUTH, Benjamin; GÄNZLE, Stefan; TRONDAL, Jarle – *Routledge Handbook of Differentiation in the EU*. Abingdon: Routledge, 2022.

LOUGHRAN, Thomas – «The risks and benefits of differentiated integration in the European Union as perceived by academic experts». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 60, N.º 3, 2021, pp. 702-720. DOI: 10.1111/jcms.13301.

«MINISTERIAL MEETING opening the Intergovernmental Conference on the Accession of the Republic of Moldova to the European Union (Luxembourg, 25 June 2024)». AD 11/24. Bruxelas. 2024. Consultado em: 9 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/451lqaal/ad00011en24.pdf>.

«MINISTERIAL MEETING opening the Intergovernmental Conference on the Accession of Ukraine to the European Union (Luxembourg, 25 June 2024)». AD 9/24. Bruxelas. 2024 Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/hzmfwl1j/public-ad00009en24.pdf>.

MONTESANO, Francesco S.; TOGT, Toni; ZWEERS, Wouter – «The Europeanization of Moldova: is the EU on the right track?». In *Clingendael Report*. Países Baixos: Netherlands Institute of International Relations. 2016. Consultado em: 8 de maio

de 2025. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/306018438\\_The\\_Europeanisation\\_of\\_Moldova\\_is\\_the\\_EU\\_on\\_the\\_right\\_track](https://www.researchgate.net/publication/306018438_The_Europeanisation_of_Moldova_is_the_EU_on_the_right_track).

MUKHERJEE, Amitabha – «Moldova – Improving access to justice: from resources to results. A justice sector public expenditure and institutional review». In *World Bank Group Repor*. Vol. 2. N.º 124516-MD, 2018. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/775621537510353149/Technical-Annexes>.

OBE, Orysia L.; PASHA, Valeriu – *Is Moldova a New Battleground in Russia's War?*. Londres: Chatham House, 2024. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2024/03/moldova-new-battleground-russias-war>.

OECD – *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2020*. Paris: OECD Publishing, 2020. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/agricultural-policy-monitoring-and-evaluation-2020\\_928181a8-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/agricultural-policy-monitoring-and-evaluation-2020_928181a8-en.html). DOI: <https://doi.org/10.1787/928181a8-en>.

PLESCA, Laurentiu – «What does the launch of EU accession talks mean for Moldova?». *Global Marshall Fund: Insights*. 2024. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.gmfus.org/news/what-does-launch-eu-accession-talks-mean-moldova>.

RADAELLI, Claudio. M. – «Whither europeanization? Concept stretching and substantive change». In *European integration online papers*. Vol. 4, N.º 8, 2000, pp. 1-25. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.302761>.

ROMAGE, Diane – *Redefining EU Membership: Differentiation in and Outside the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2024.

RONNAS, Per; ORLOVA, Nina – «Moldova's transition to destitution». *Sida Studies*. N.º 1, 2000. Consultado em: 5 de abril de 2025. Disponível em: <https://cdn.sida.se/publications/files/sida983en-moldovas-transition-to-destitution.pdf>.

SCHIMMELFENIG, Frank; LEUFFEN, Dirk; DE VRIES, Catherine – «Differentiated integration in the European Union: institutional effects, public opinion, and alternative flexibility arrangements». In *European Union Politics*. Vol. 24, N.º 1, 2022, pp. 3-20. DOI: <https://doi.org/10.1177/14651165221119083>.

SKAK, Mette – *From Empire to Anarchy: Post-communist Foreign Policy and International Relations*. Londres: Hurst, 1996.

STANIVUKOVIC, Senka N. – *Europeanization as Discursive Practice: Constructing Territoriality in Central Europe and the Western Balkans*. Londres-Nova Iorque: Routledge, 2018.

STUBB, Alexander – «A categorization of differentiated integration». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 34, N.º 2, 1996, pp. 283-295. DOI: 10.1111/j.1468-5965.1996.tb00573.x.

TOSTES, Ana Paula – «Política externa da UE para o Leste pós-Guerra Fria: mudanças de rota no contexto da invasão da Ucrânia». In *Mural Internacional*. Vol. 13, 2022. Consultado em: 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/67679>. DOI: 10.12957/rmi.2022.67679.

TOSTES, Ana Paula; RENNI, Yasmin – «Europeanisation to the Eastern borders: Moldova's EU rapprochement». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 64, N.º 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100210>.